

Diário da Justiça

DO ESTADO DE SERGIPE

ANNO V — Aracaju, 19 de Março de 1936 — NUM. 683

PODER JUDICIARIO

CORTE DE APPELLAÇÃO DO ESTADO

Acta da 1.ª sessão extraordinaria da Corte de Appellação, em 22 de Fevereiro de 1936.

Presidencia do senhor desembargador Octavio Cardoso

Aos vinte e dois de Fevereiro de mil novecentos e trinta e seis, ás dez horas, no salão nobre do Palacio da Justiça, nesta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, o Presidente da Corte de Appellação, desembargador Octavio Gomes Cardoso, verificando haver numero legal com a presença dos senhores desembargadores Zacharias de Carvalho, Loureiro Tavares, Humald Cardoso e o procurador geral do Estado, dr. Adolpho Avila Lima, faltando, em gôso de ferias, os desembargadores Dantas de Britto e Gervasio Prata e com causa justificada o desembargador E. Oliveira Ribeiro, declarou aberta a sessão, sendo lida e approvada a acta da anterior. *Julgamento:* — Mandado de segurança n. 23/1935 — Impetrante, advogado Heribaldo Dantas Vieira, em favor de Fausto Oliveira. Tomaram parte no julgamento os drs. juizes de direito da 2.ª e 3.ª varas da 1.ª comarca e o da 8.ª comarca, na falta dos desembargadores Dantas de Britto e Gervasio Prata e no impedimento do desembargador E. Oliveira Ribeiro. — Foi indeferido o mandado por unanimidade de votos. *Publicação de accordão:* — Pelo senhor desembargador presidente rei publicado o accordão proferido nos autos do "Mandado de segurança" n. 17, de 1935, em que foi impetrante o bacharel Carlos Alberto Rolla, em favor de Aristides dos Santos Lima. E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Antonio Gervasio de Sá Barretto, secretario, lavrei a presente acta. — (aa.) Octavio Cardoso, presidente. — Antonio Gervasio de Sá Barretto, secretario.

Acta da 2.ª sessão extraordinaria da Corte de Appellação, em 7 de Março de 1936.

Presidencia do senhor desembargador Octavio Cardoso

Aos sete de Março de mil novecentos e trinta e seis, ás treze horas, no salão nobre do Palacio da Justiça, desta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, o presidente da Corte de Appellação, desembargador Octavio Gomes Cardoso, verificando haver numero legal com a presença dos senhores desembargadores E. Oliveira Ribeiro, Zacharias de Carvalho, Loureiro Tavares, Humald Cardoso e o procurador geral do Estado, dr. Adolpho Avila Lima, faltando os senhores desembargadores Dantas de Britto e Gervasio Prata, por se encontrarem em gôso de ferias individuais, declarou aberta a sessão, sendo lida e approvada a acta da anterior. Declarou o senhor presidente que havia convocado extraordinariamente essa sessão para deferir o compromisso constitucional ao senhor Manoel Dias Rollemberg, presidente da Assembléa Legislativa, afim de assumir o cargo de Governador do Estado durante a ausencia do Governador effectivo, que comunicou ter de viajar á Capital da Republica, para tratar de interesses de Sergipe. E presente o senhor Manoel Dias Rollemberg, tomando logar á direita do senhor presidente, proferiu, perante a Corte, a formula de compromisso estatuido no art. 50 da Constituição do Estado, do que assignou com o presidente o respectivo termo em livro proprio. Em seguida o senhor presidente designou uma comissão composta dos senhores desembargadores E. Oliveira Ribeiro e Zacharias de Carvalho para acompanharem o senhor Governador interino até ao tópo da escadaria do Palacio da Justiça e declarou encerrada a sessão. E, para constar eu, Antonio Gervasio de Sá Barretto, secretario, lavrei a presente acta. — (aa.) Octavio Cardoso, presidente. — Antonio Gervasio de Sá Barretto, secretario.

Acta da 8.ª sessão ordinaria da Corte de Appellação, em 3 de Março de 1936.

Presidencia do senhor desembargador Octavio Cardoso

Aos três de Março de mil novecentos e trinta e seis, ás dez horas, no salão nobre do Palacio da Justiça, nesta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, o presidente da Corte de Appellação, desembargador Octavio Cardoso, verificando haver numero legal com a presença dos senhores desembargadores E. Oliveira Ribeiro, Zacharias de Carvalho, Loureiro Tavares, Humald Cardoso e o procurador geral do Estado, faltando, por se encontrarem em gôso de ferias, os senhores desembargadores Dantas de Britto e Gervasio Prata, declarou aberta a sessão, sendo lida e approvada a acta da anterior. *Distribuição* — Embargos civeis n. 5/1935 — Embargantes, Antonio Vieira Leite e sua mulher; embargada, d. Maria José dos Santos. Em nova distribuição, por estar em gôso de ferias o relator primeiramente sorteado, coube ao sr. desembargador E. Oliveira Ribeiro. *Passagens:* — Embargos civeis n. 1/1935 — Aracaju — Embargantes, Leonel Curvello de Mendonça e sua mulher; embargado, Alberto Azevedo. Relator; o senhor desembargador E. Oliveira Ribeiro. — Ao sr. dr. juiz de direito da 2.ª vara da comarca da capital. Embargos civeis n. 4/1935 — Aracaju — Embargante, João Rocha; embargado, o dr. João Firpo Filho. Relator; o senhor desembargador Humald Cardoso. — Do senhor desembargador Loureiro Tavares ao senhor doutor juiz de direito da 3.ª vara da comarca da capital. Embargos civeis n. 6/1935 — Embargante, João Brandão; embargado, Motta Crippa & Cia., Ltd. Relator, o senhor desembargador Gervasio Prata. — Do senhor desembargador Loureiro Tavares ao senhor desembargador Humald Cardoso. *Designação de dia:* Embargos civeis n. 1-A/1935 — Embargante, d. Amelia de Araujo Andrade; embargada, d. Maria Luiza Binna. Relator, o senhor desembargador Humald Cardoso. — Designado o primeiro dia desimpedido. *Reclamação:* — Reclamante, o bacharel Gonçalo Rollemberg Leite contra o prefeito do Municipio da capital. — O Tribunal resolveu, baseado no art. 105, letra c da Constituição do Estado, autorizar o presidente a requisitar ao exmo. sr. Governador do Estado a intervenção definida no citado artigo e letra para o cumprimento do accordão n. 9/1935, concedido ao reclamante, enviando ao senhor dr. procurador geral do Estado copia das reclamações dirigidas a esta Corte contra o não cumprimento do referido accordão e demais correspondencia trocada entre o presidente da Corte, o prefeito da capital e o Governador do Estado para a apuração da responsabilidade. *Publicação de accordão:* — Pelo senhor presidente foi publicado o accordão proferido no "Mandado de segurança" n. 23/1935 — Impetrante, o advogado Heribaldo Dantas Vieira, em favor de Fausto Oliveira. E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão, do que para constar, eu, Antonio Gervasio de Sá Barretto, secretario, lavrei a presente acta. — (aa.) Octavio Cardoso, presidente. — Antonio Gervasio de Sá Barretto, secretario.

Acta da 14.ª sessão ordinaria da 2.ª turma da Corte de Appellação do Estado de Sergipe, realizada em 7 de Março de 1936.

Presidencia do senhor desembargador Octavio Cardoso

Aos sete de Março de mil novecentos e trinta e seis, ás dez horas, no salão nobre do Palacio da Justiça, nesta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, realizou-se a decima quarta sessão ordinaria da Corte de Appellação do Estado de Sergipe, sob a presidencia do senhor desembargador Octavio Cardoso, estando presentes os senhores desembargadores Zacharias de Carvalho, Loureiro Tavares, o sr. procurador geral do Estado em comissão, bacharel Adolpho Alvila Lima, commigo sub-secretario adiante nomeado, tendo faltado por se encontrar em gôso de ferias, o senhor desembargador J. Dantas de Britto e verificando o senhor desembargador presidente haver numero legal, declarou aberta a sessão, lida e approvada a acta da anterior. *Nova distribuição* — Recurso criminal n. 24/1935 (de habeas-corpus) — Annapolis — Recorrente, o dr. juiz de direito da 12.ª comarca; recorrido, José Honorio Soares. Relator sorteado, o senhor desembargador

Zacharias de Carvalho. *Julgamento* — Appellação criminal numero 7/1935 — Aracaju Appellante, o dr. juiz de direito da 4.ª vara da 1.ª comarca; appellado, Ildefonso Cardoso de Campos. Relator, o senhor desembargador Zacharias de Carvalho. — Deu-se provimento á appellação para o fim de condemnar o réu no gráu minimo do art. 221, letra b da Consolidação das Leis Penaes, tendo tomado parte no julgamento o senhor desembargador E. Oliveira Ribeiro, por se ter declarado impedido o senhor desembargador Loureiro Tavares. E nada mais havendo a tratar, o senhor desembargador presidente declarou encerrda a sessão. E para constar lavrei a presente acta. Eu, João Freire Ribeiro, sub-secretario, a escrevi. — (aa.) Octavio Cardoso, presidente. — João Freire Ribeiro, sub-secretario.

Acta da 13ª sessão ordinaria da 2.ª turma da Corte de Appellação do Estado de Sergipe, realizada em 4 de Março de 1936.

Presidencia do senhor desembargador Octavio Cardoso

Aos quatro de Março de mil novecentos e trinta e seis, ás dez horas, no salão nobre do Palacio da Justiça, nesta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, realizou-se a decima terceira sessão ordinaria da Segunda Turma da Corte de Appellação do Estado de Sergipe, sob a presidencia do senhor desembargador Octavio Cardoso, estando presentes os senhores desembargadores Zacharias de Carvalho, Loureiro Tavares, commigo sub-secretario adiante nomeado, tendo faltado, por se encontrar em gôso de ferias, o senhor desembargador J. Dantas de Britto e verificando o senhor desembargador presidente haver numero legal, declarou aberta a sessão, sendo lida e approvada a acta da anterior. *Julgamento* — Appellação criminal n. 7/1935. — Aracaju — Appellante, o sr. dr. juiz de direito da 4.ª vara da 1.ª comarca; appellado, Ildefonso Cardoso de Campos. Relator, o senhor desembargador Zacharias Carvalho. — Foi adiado o julgamento a requerimento do senhor desembargador relator. *Publicação de accordão* — O senhor desembargador presidente publicou o seguinte accordão: Recurso criminal n. 1/1936 — Capella — Recorrente, o sr. dr. juiz de direito da 6.ª comarca; recorrido, Antonio José de Santanna. E nada mais havendo a tratar, o senhor desembargador presidente declarou encerrada a sessão. E para constar lavrei a presente acta. Eu, João Freire Ribeiro, sub-secretario, a escrevi. — (aa.) Octavio Cardoso, presidente. — João Freire Ribeiro, sub-secretario.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Acta da 10ª sessão ordinaria, realizada no dia 4 de Março de 1936, sob a presidencia do sr. desembargador João Dantas de Britto.

Aos quatro dias do mês de Março de mil novecentos e trinta e seis, presentes os srs. juizes: desembargadores João Dantas de Britto, presidente, Edson de Oliveira Ribeiro, Huald Santaflor Cardoso, o juiz federal dr. Arthur de Souza Marinho e drs. Leonardo Gomes de Carvalho Leite e Olympio Mendonça, bem como o dr. Arivaldo Garcia da Costa Barros, procurador regional, interino, abre-se a sessão, ás quatorze horas, no local do costume. Depois de lida e approvada a acta da sessão anterior, tiveram inicio os trabalhos, passando o sr. desembargador presidente á leitura do expediente que constou do seguinte: telegramma do sr. Ministro da Justiça transmittindo o inteiro teor do decreto pre-

sidencial que suspende o estado de sitio no municipio de Campos, no dia 8 do corrente, afim de se realizarem alli as novas eleições municipaes; idem do sr. director geral de Contabilidade do Ministerio da Justiça sobre distribuição de credito á Delegacia Fiscal deste Estado para occorrer ás despesas deste Tribunal, com pessoal e material no corrente exercicio; idem do pedido de material feito pelo dr. juiz da 11ª zona; idem, idem de consulta do dr. juiz da 10ª zona e preparador eleitoral do termo de Campos; idem do dr. juiz da 12ª zona communicando nomeação de secretarios das mêsas receptoras das eleições de 8 do fluente, no municipio de Campos; idem do dr. juiz da 13ª zona, communicando que o escrivão do 2.º officio assumiu as funcções do serventuario do cartorio do 1.º officio, que foi exonerado, e officio do sr. Manoel Luiz de Almeida, communicando haver sido eleito presidente da Camara dos vereadores da Prefeitura de Divina Pastora. Em seguida, o sr. desembargador presidente submetteu á apreciação do Tribunal um pedido de 90 dias de licença feito pelo escrivão da 2.ª zona eleitoral, Durval Corrêa de Araujo, e uma consulta subscripta por Humberto Sobral, relativamente ao requerimento do pedido de transferencia de domicilio eleitoral. Decidiu o Tribunal, com relação ao pedido do escrivão da 2.ª zona, que o mesmo devia ser substituido nas suas funcções eleitoraes, consoante determina o Codigo Eleitoral e, quanto á consulta do sr. Humberto Sobral, deixou de tomar conhecimento da mesma, em face do dispositivo do art. 27, letra k do Codigo Eleitoral. Com relação aos escrivães que já exercem as suas funcções eleitoraes por mais de tres annos, resolveu o Tribunal que fosse expedido telegramma-circular a todos os srs. juizes no sentido de serem substituidos os escrivães que se acharem nestas condições, obedecendo dest'arte ao que dispõe o Codigo Eleitoral vigente. A seguir, o juiz dr. Olympio Mendonça passou a relatar e, após, a julgar a representação do sr. presidente da Camara Municipal de Espirito Santo sobre a convocação do supplente de vereador daquela Camara, em virtude do vereador diplomado, sr. José do Amor Cardoso, não ter comparecido ás sessões ordinarias e extraordinarias da mesma Camara. Votou o dr. juiz relator no sentido de tomar conhecimento da representação, declarando aberta a vaga referida, que será preenchida pelo supplente vereador mais idoso da mesma legenda, precedendo convocação. Todos os demais senhores juizes acompanharam o voto do dr. relator. O accordão dessa representação foi publicado na mesma sessão. O juiz dr. Arthur Marinho publicou o accordão referente á denuncia apresentada pelo dr. Heribaldo Dantas Vieira, delegado do Partido Social Democratico de Sergipe, contra o deputado Manoel Carvalho Barroso, pelo facto de ter infringido o n. 1 do art. 19 da Constituição deste Estado. A seguir, o juiz dr. Leonardo Leite fez entrega de 50 processos de pedido de 4.ªs vias de titulos, julgando-os todos em ordem. O juiz desembargador Edson de Oliveira Ribeiro fez entrega dos seguintes processos: um de justificação de mudança de assignatura do eleitor Antonio Soares de Mello, que julgou em ordem; 18 processos de inscripção eleitoral da 11.ª zona, sendo 17 em ordem e um que deve baixar em diligencia, afim de preencher formalidades; 4 pedidos de 4.ªs vias, em ordem; 27 pedidos de transferencia de domicilio eleitoral, sendo 22 em ordem, tres que devem baixar em diligencia para ser feito o requerimento pelos peticionarios e 2, por resolução de s. excia, e dos demais srs. juizes, foram mandadas cassar as respectivas transferencias, por não obedecerem ás prescripções legais, isto é, não foi observado o que dispõem o art. 69 e seus paragraphos do Codigo Eleitoral em vigor. E nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada ás dezesseis horas. Eu, Lincoln Teixeira de Souza, director em exercicio, servindo de secretario, redigi a presente acta que assigno. — (aa.) J. Dantas de Britto, presidente. — Lincoln Teixeira de Souza, director em exercicio.